



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2018, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, conforme Edital de Convocação publicado aos treze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove no Diário Oficial do Município de número trinta e um, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os poderes Executivo e Legislativo, demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2018. - O SR. PRESIDENTE (Vereador Tito Zeglin):- Encerrado o Pequeno Expediente, conforme requerimento 542/2019, aprovado em 19/02/2019 por este Plenário, os horários reservados à Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais desta Sessão Ordinária estão destinados para a realização de Audiência Pública de prestação de contas referente ao 3o quadrimestre de 2018. A Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização conduzirá esta Audiência. Convido o Presidente da Comissão de Economia, Vereador Paulo Rink, para que a partir de agora assuma os trabalhos.- (Assume a presidência o Vereador Paulo Rink).- O SR. PRESIDENTE:- Bom dia a todos, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores. Declaramos aberta a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para que os poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do 3o quadrimestre de 2018, de acordo com que determina o Parágrafo 4o, do art. 9o, da Lei Complementar nº101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 62a, da Lei Orgânica Municipal. Esta Audiência terá duração de duas horas, com início às 9h36 e término às 11h36. A Mesa encontra-se composta pelos integrantes da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, tendo eu como Presidente, Vereador Paulo Rink; Vereador Serginho do Posto, Vice-Presidente da Comissão, a quem peço a gentileza de secretariar essa reunião; Vereadores Ezequias Barros, Tito Zeglin, nosso Vice-Presidente da Casa e Dr. Wolmir. Gostaria de convidar para compor a Mesa o Secretário Vitor Puppi e a Secretária Márcia Huçulak. Também presentes os integrantes da Prefeitura: Caio Zerbato, Assessor da Secretaria de Finanças; Ary Gil Merchel, Presidente do IPMC; Claudinei Nogueira, da Contabilidade da PRGF Finanças; Mário Nakatani Júnior, Coordenador de Projetos da Informação; Sr. Francisco de Assis Inocência, IPMC – Superintendente Fiscal; Cristina Rios, Assessora da Prefeitura – Secretaria Municipal de Finanças; Carlos Kukoliz, Diretor de Orçamento da Prefeitura; Irineu

Teixeira, Analista de Finanças da Prefeitura; Márcio Heimowski – Gerente de Orçamento da Secretaria Municipal de Finanças; Sr. William Oliveira – Auditor Fiscal – Secretaria de Finanças; Sr. Vinícios Borio - Chefe de Núcleo de Finanças da Secretaria de Educação; Sra. Márcia Huçulak; Sr. Luiz Vecche - Presidente do SIGMUC; Sra. Regiane Sombreiro – Diretora de Finanças do SIGMUC; Sr. Álisson Alves França da Silva – Coordenador da Administração do SISMUC; Sr. Ivonei Carlos Koakoski – Presidente do Sinfisco. A reunião terá o seguinte roteiro, abriremos os trabalhos da audiência pública que obedecerão os seguintes roteiros: Explanação da Sra. Aline Bogo, responsável pela Diretoria Contábil e Financeira quanto à gestão fiscal do Poder Legislativo, concessão da palavra aos presentes para comentário, sugestões e questionamentos à Aline, na sequência teremos a explanação do Secretário Vitor Puppi – Secretário Municipal de Finanças, a respeito do relatório do Poder Executivo e depois a concessão a palavra aos colegas Vereadores, para comentários, sugestões, questionamentos. A concessão da palavra para o Secretário Puppi se dará da seguinte ordem: os Vereadores integrantes da Comissão Permanente de Economia Finanças e Fiscalização, na sequência, aos demais Vereadores e por terceiro, mas não por último, os visitantes que se inscreverem na recepção deste Plenário, terão para questionamentos os Vereadores, convidados e integrantes da Comissão, dois minutos para seus questionamentos tanto à Aline quanto ao Secretário Vitor Puppi. De imediato vou passar a palavra à Sra. Aline Bogo para fazer a explanação sobre a diretoria contábil e financeira da gestão do Poder Legislativo.- A SRA. ALINE BOGO:- Vereador Paulo Rink, Presidente da Comissão de Economia, quero cumprimentá-lo e estender o cumprimento aos demais membros dessa Comissão, também aos Vereadores desta Casa, aos servidores e dar as boas vindas aos visitantes da Prefeitura Municipal de Curitiba. Esta apresentação tem o objetivo de demonstrar as metas fiscais de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e, na oportunidade, também cumprir o que determina a nossa Lei Orgânica, com a demonstração das receitas e das despesas de forma mais detalhada. Essa apresentação é referente ao terceiro quadrimestre de 2018, período que já englobamos todo o exercício consolidando com os dois primeiros quadrimestres. O orçamento previsto pelo exercício do ano anterior foi de cento e quarenta e oito milhões, setecentos e setenta e oito mil, valor que a Prefeitura repassou integralmente a essa Câmara, em doze parcelas, desse valor, na metade do exercício, foi feita uma devolução de dezoito milhões à Prefeitura e no final do exercício foi feita a devolução de mais dezoito milhões, novecentos e cinquenta, o que totalizou uma devolução do nosso orçamento de trinta e sete milhões, cento e oitenta e seis mil. Além desse recurso as nossas receitas com rendimentos de aplicações financeiras, do valor que fica depositado em fundos de investimentos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, totalizaram um milhão, cento e quarenta e cinco mil. Tivemos também a receita recebida de um contrato com a Caixa Econômica Federal da concessão da nossa folha de pagamento, totalizando trezentos e vinte e oito mil, quinhentos e setenta e um no ano e um valor com a devolução de restos cancelados, esses restos de contratos que não foram utilizados na totalidade que são empenhos estimativos, foram cancelados no valor de dois milhões, quatrocentos e setenta e cinco, valor que foi devolvido ao município. Somando-se todas essas devoluções tanto do orçamento quanto dos restos, aplicações financeiras e a nossa receita do contrato com a Caixa, totalizamos um repasse ao Município no ano passado de quarenta e um milhões, cento e trinta e quatro mil reais. Em relação as nossas despesas, em 2018 empenhamos um valor total de cento e onze milhões, quinhentos e noventa e um mil reais, isso representa 75% do nosso orçamento inicial. Deste valor, 1.74% foram empenhados com despesa de capital, que são os investimentos; 16.40% com outras despesas correntes e 81.86% com despesas de pessoal. Das despesas de pessoal um valor orçado de cento e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais foi realizado noventa

e um milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais. Este valor está assim distribuído: vencimentos e vantagens fixas, aqui englobados todos os vencimentos, gratificações, abonos, férias, décimo terceiro, totalizando trinta e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil reais. Valores gastos com subsídios dos Vereadores, sete milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e oitenta reais. Vencimentos comissionados, vencimentos e vantagens pagas aos servidores comissionados, trinta e três milhões, duzentos e três mil, novecentos e quarenta e sete reais. Total gasto com todas as nossas obrigações patronais de todos os servidores e Vereadores, dezesseis milhões, quinhentos e setenta e dois mil reais. Valor gasto com indenizações pagas a servidores, um milhão, cento e sessenta e dois mil reais. Valor gasto com outras despesas, três mil, oitocentos e oitenta e quatro reais, totalizando noventa e um milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais com despesa de pessoal. Aqui temos um gráfico que representa como está a distribuição da nossa despesa de pessoal. Temos gastos com efetivos 46.50%; com comissionados 44% e com subsídios 9.5%. Aqui estão diluídas as indenizações e as obrigações patronais. Despesas do grupo de outras despesas correntes que num total de 100% do empenhado, representam 16.40% dos cento e onze milhões, quinhentos e noventa e um mil reais empenhados. Deste valor, num orçamento de vinte e dois milhões, oitocentos e oitenta e cinco para o grupo, empenhamos dezoito milhões, trezentos e seis mil reais que estão assim distribuídos: benefícios assistenciais, valores gastos com auxílio funeral, auxílio creche, auxílio saúde, no total de um milhão, oitocentos e quarenta e quatro mil reais; material de consumo, novecentos e sessenta e dois mil, trezentos e vinte e três reais; locação de mão de obra, gastos com servidores terceirizados, três milhões, quatrocentos e sete mil, oitocentos e trinta e quatro reais; outros serviços de terceiros pessoa jurídica, aqui entram todos os contratos com serviços, seis milhões, duzentos e setenta e um mil, quinhentos e noventa e um reais; em relação ao aporte do plano de equacionamento ao IPMC, foi gasto cinco milhões, setecentos e oitenta e um mil reais; e com outras despesas correntes, aqui incluídos viagens, premiações e outras despesas, trinta e nove mil, duzentos e oitenta e oito reais. Em relação aos nossos contratos de serviços, as liquidações, agora não é o valor empenhado e sim o liquidado, no exercício anterior englobando os três quadrimestres, temos: serviço de água e esgoto, oitenta e nove mil, oitocentos e setenta e nove reais; serviço de energia elétrica pago à Copel, quatrocentos e doze mil, duzentos e doze reais; contrato de locação da impressora, que inicialmente era com a empresa Interativa e após com a vencedora da licitação, a empresa Simpress, total gasto de cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e doze reais; integração de estágio, um convênio com o IMAP, oitocentos e cinquenta e seis mil, cento e quinze reais; gastos com dois links de Internet, cento e oitenta e oito mil e dezenove reais; locação de equipamentos telefônicos com a empresa 3CORP, duzentos e quarenta e um mil, quinhentos e vinte e oito reais; locação de veículos, empresa Locadora Santa Cruz, oitocentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e vinte reais; manutenção de bens móveis, aqui temos vários contratos, mas o principal é de manutenção predial, total de quinhentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e vinte e quatro reais; vários contratos com manutenção de máquinas e equipamentos, equipamentos de ar condicionado, áudio e vídeo entre outros, cento e setenta e sete mil, duzentos e dezessete reais; manutenção de software, dois contratos com a empresa Elotech: cento e cinquenta mil, setecentos e cinquenta reais; serviços de postagens com o Correio, duzentos e quarenta e um mil, oitocentos e dezessete reais; e gastos com telefone, contrato com a empresa Claro, noventa mil, oitocentos e sessenta e seis reais. Em relação aos contratos de locação de mão de obra, vigilância, com a empresa Embrasil: um milhão, setecentos e trinta e quatro mil reais; limpeza, recepção, controlador de acesso, copa e cozinha são todos com a empresa Higi Serv. Limpeza, oitocentos e sessenta e um mil e novecentos e quarenta e um reais;

recepção e controlador de acesso, quinhentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e noventa e quatro reais; e terceirizados de copa e cozinha, duzentos e quinze mil, oitocentos e setenta e oito reais. Em relação a fornecimento de bens. Materiais de copa e cozinha, cento e seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais; material de higiene, cinquenta e um mil, novecentos e cinquenta e sete reais; material de expediente, cento e sessenta e sete mil, setecentos e setenta e sete reais; gastos com combustível, trezentos e dezoito mil, seiscentos e setenta e nove reais. Em relação às despesas com custeio de viagens, foi totalizado no exercício um valor de onze mil e noventa e oito reais, sendo que com pagamentos de diárias foram realizados mil, novecentos e quarenta reais; gastos com passagens, sete mil e seiscentos e noventa e oito reais e com hospedagens, mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais. Em relação à despesa de capital, temos um valor empenhado no ano de um milhão, novecentos e quarenta mil, quatrocentos e noventa e um reais, que representa 1.74% do valor empenhado total. Desse gasto, temos dois grupos que seriam equipamentos e material permanente no valor de cento e trinta e um mil e quinhentos e trinta e nove reais; gastos com mobiliários e equipamentos de áudio e vídeo, principalmente, e gastos com obras e instalações – são diversas obras que foram iniciadas – um milhão, oitocentos e oito mil e novecentos e cinquenta e um reais. Aqui uma relação dos principais empenhos, com as suas liquidações, em relação a despesa de capital no exercício. Pagamos pelo projeto de reforma de banheiros, dez mil e duzentos e quarenta reais, projeto e fiscalização; para a modernização de elevadores: trinta mil e seiscentos reais. Projeto básico contratado para a instalação da nova rede elétrica e de telecomunicações: setenta mil e setecentos e dois reais. A obra que foi realizada no ano anterior para o atendimento de acordo com o Ministério Público, conforme plano aprovado no Corpo de Bombeiros, plano de segurança de combate a incêndio e pânico, totalizando a liquidação dessa obra no ano passado, duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e oitenta e quatro reais. Instalação do forro e iluminação da Diretoria de Comissões, setenta e dois mil, novecentos e noventa reais. E o sistema de para-raios, o sistema de proteção de descargas atmosféricas, que foi finalizado no ano passado, cento e quinze mil, setecentos e sessenta e seis reais. Em relação ao nosso orçamento do ano passado, temos um valor empenhado de 75%. Desse valor 12.26% foi anulado no decorrer do exercício e 12.74% não foi utilizado e foi devolvido somente no final do exercício. Temos agora como estão os nossos limites de atendimento da legislação. Primeiro em relação a Constituição Federal, a Emenda nº25, que determina que 70% seja o limite gasto com folha de pagamento. Nós atingimos em relação a isso um percentual de 40.41%, se considerarmos que a receita que teríamos direito seria de cento e oitenta e cinco milhões, no exercício anterior e que o limite de gasto com folha de pagamento, e aqui não entram as obrigações patronais, seriam de cento e vinte e nove mil e quinhentos reais e gastamos setenta e quatro mil, setecentos e setenta e dois reais. Em relação a Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que o município gaste menos de 60% da receita corrente líquida com despesa de pessoal e para o Legislativo o percentual é de 6%, ficando 54% para o executivo. Considerando que a receita corrente líquida ajustada do Município, de janeiro a dezembro de 2018, que é o exercício móvel, é de seis bilhões, trezentos e sessenta milhões, oitocentos e doze mil reais e a nossa despesa líquida com pessoal foi de noventa milhões, cento e oitenta e um mil, seiscentos e onze reais, temos um percentual atingido de 1.42%, então estamos bem abaixo do limite de alerta, que seria o limite de 5.04%, onde poderíamos ter uma despesa de até trezentos e quarenta e três milhões. Ainda em relação a Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que no terceiro quadrimestre seja disponibilizado o relatório de disponibilidades financeiras e restos fiscais, tivemos uma disponibilidade bruta ao final do exercício de cinco milhões, novecentos e trinta e seis mil. Desse valor, das nossas obrigações financeiras temos, duzentos e dois, novecentos e sessenta e quatro com valores vinculados e, recursos livres, cento e

quarenta e quatro mil, trezentos e dezessete e noventa e sete, sobrando uma receita, uma disponibilidade líquida, de cinco milhões, quinhentos e setenta e nove mil, duzentos e setenta e cinco, que é justamente o valor dos restos não liquidados, o que deixa em zero os empenhos não liquidados por insuficiência financeira. Não tivemos insuficiência financeira pois o valor que ficou de restos a pagar é justamente o valor que ficou em caixa. Detalhando agora o que são as obrigações financeiras, temos restos a pagar não liquidados, não pagos. Não tivemos, não foram deixados restos a pagar liquidados. Tudo o que foi liquidado foi pago dentro do exercício, nem tanto do exercício anterior como dos outros, e ficou então só cento e quarenta e quatro mil, trezentos e dez que são restos não liquidados dos exercícios anteriores. E as demais obrigações financeiras, que são os valores de restituição, duzentos e doze mil novecentos e sessenta e quatro, que são valores de consignação. Trouxe algumas fotos de algumas melhorias que foram feitas durante o exercício de 2018. O plano de combate a incêndio e pânico, as portas corta-fogo que foram instaladas, também as escadas que foram instaladas no Anexo IV e também aqui no prédio do pátio. Foram iniciadas as obras referentes a pintura externa da Câmara e interna em alguns ambientes. Tivemos também o início da reforma dos banheiros, troca de alguns setores da Câmara, que saíram do Anexo IV e também foram alterados dentro do Anexo I. A Saúde Ocupacional, também a Diretoria Contábil, que foi transferida para o Anexo III, foi feita uma reforma para abrigar a diretoria, a Diretoria de Licitações também foi para o Anexo III, a Diretoria de Recursos Humanos mudou do Anexo IV para o Anexo III, foi feita uma reforma para atender a diretoria. Tivemos lá no auditório a instalação da galeria das ex-Vereadoras e também as placas de bronze que foram adquiridas para complementar as legislaturas, foi transferido para o auditório. Reforma da Diretoria das Comissões no subsolo do palácio e a transferência do posto bancário da Caixa Econômica para o Anexo I. Concluindo, eu trouxe um comparativo dos últimos exercícios, de como está a nossa despesa. Observamos que o orçamento cresceu até 2017, sendo que em 2017 permaneceu o mesmo valor. A nossa despesa total veio crescendo até 2016. Em 2017 teve uma redução na despesa total, assim como na despesa de pessoal e se manteve estável em 2018. E em verde, o valor que foi devolvido ao município. Em 2017 tivemos um valor que chegou a quarenta milhões e agora em 2018 uma devolução que chegou a trinta e sete milhões. Em relação aos investimentos, em 2016 foi feito um investimento em relação a obra do ar condicionado central, em 2017 foram iniciados alguns projetos e em 2018 então foram retomados investimentos com o início de várias obras, modernização de elevadores, pinturas e a reforma dos banheiros são alguns exemplos. Finalizando, quero anunciar que ano passado foi adquirido um novo portal da transparência que será inaugurado agora no mês de março próximo. Agradeço a atenção de todos. Muito obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Aline, convido-a para fazer parte da Mesa, a fim de responder questionamentos dos Vereadores inscritos. Gostaria também de chamar o Secretário Vitor Puppi para fazer parte da Mesa. Agradeço as presenças, já à Mesa, da Secretária Márcia Huçulak, dos Vereadores Dr. Wolmir, Professora Josete, Serginho do Posto, Ezequias Barros e Tito Zeglin. Cito também os integrantes da Comissão que estão presentes, Vereadores Mauro Bobato, Jairo Marcelino e Maria Leticia Fagundes. Se houver questionamentos para a Aline, por favor, senhores, manifestem-se. (Pausa). Primeiramente, Vereador Bruno Pessuti com a palavra. Lembrando que o tempo para os questionamentos é de dois minutos.- O Sr. Bruno Pessuti:- Obrigado, Vereador Paulo Rink. Quero parabenizar o ex-Presidente desta Casa, Vereador Serginho do Posto, pela condução que fez no mandato anterior, com o nosso apoio, meu e do Vereador Mauro Ignácio, onde conseguimos fazer com que o quadro de economia que apareceu ali fosse significativo. Também quero parabenizar toda a gestão, na pessoa da Aline, que sempre conduziu com muita galhardia, com muita força de vontade, todas as finanças da Câmara Municipal. E

quero fazer uma sugestão à Comissão de Economia, presidida por V.Exa., Vereador Paulo Rink, que faça um pedido de informações à Prefeitura de Curitiba, solicitando que indiquem onde foram aplicados esses recursos devolvidos pela Câmara Municipal. O que foi devolvido totalizam, aproximadamente, setenta e sete milhões, mas são mais de cem milhões de reais entre o que se abriu mão da Câmara Municipal utilizar, porque, no final do exercício, seria, de certa forma, também devolvido. Então, essa é uma sugestão, porque temos certeza de que foi também muito bem aplicado. Com a presença aqui do Secretário Vitor Puppi, que também conduz as finanças do Município com muita força de vontade e com muita sabedoria, temos certeza de que a Cidade aproveitou muito bem esses recursos que foram economizados na Câmara Municipal de Curitiba.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Bruno Pessuti. Com a palavra agora o Vereador Serginho do Posto.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto:- Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V.Exa. e todos os Vereadores. Cumprimentando o Secretário de Finanças Vitor Puppi, também faço uma saudação especial a toda equipe da Finanças. Vejo aqui também o presidente do Sinfisco e a Secretária Márcia Huçulak; demais cidadãos que acompanham esta Sessão. Só para fazer algumas considerações na apresentação da Aline. E, cumprimentando a Aline, cumprimento todos os diretores, o Marco Busnardo, ex-diretor geral desta Casa, equipe e servidores. As considerações a fazer, tendo em vista o quadro demonstrado nessa apresentação, é que houve um conjunto de esforços. E quero cumprimentar os Vereadores, que tiveram o entendimento em ações, juntamente com os Vereadores Bruno Pessuti e Mauro Ignácio, que faziam parte da Comissão Executiva junto comigo, e os demais membros da Mesa Diretiva, no sentido de esforços para que fizéssemos, no primeiro ano, um investimento menor, e deixando o investimento para o ano seguinte, tendo em vista algumas melhorias que fizemos em todas as áreas administrativas, em espaços físicos e alguns comportamentos administrativos que adotamos. Primeiro, revisamos os orçamentos, fazendo com que os contratos tivessem uma redução em torno de 30%, em alguns casos, 40%. Também os Vereadores entenderam e diminuimos o custo das despesas de viagens, diárias, que em alguns momentos eram necessárias. Fizemos drasticamente um esforço nesse sentido, apenas onze mil o gasto durante o ano. E isso tudo possibilitou que fizéssemos uma devolução de quarenta e um milhões para a Prefeitura, e no ano anterior, trinta e sete milhões, num total de setenta e oito milhões. Nunca este Legislativo Municipal fez uma devolução tão importante, entendendo o momento econômico, para o Executivo. A sugestão que o Vereador Bruno Pessuti fez é muito pertinente, acredito que o Executivo fará essas aplicações. E todas as devoluções que fizemos, a Mesa se reuniu com o Prefeito Rafael Greca e, muitas vezes, com o Secretário Vítor, Secretário Jamur, para que fizéssemos essas devoluções. Após a resolução do Tribunal de Contas ano passado proibindo as devoluções que fossem feitas em determinados momentos, mesmo se tivéssemos esse recurso disponível, essa resolução impediu fazendo com que as devoluções só sejam feitas a partir da resolução de julho 2018, ao final do exercício. E também assim o fizemos, devolvendo dezenove milhões no dia 21 de dezembro. Então, só queria ressaltar, cumprimentar todos os diretores que participaram na gestão anterior, em seu nome, Aline, cumprimento todos os demais, em nome do Marcos, Diretor Geral, cumprimento a todos, mas ressaltando que foi um esforço conjunto do Legislativo, e aí agradeço os Vereadores que tiveram o entendimento em algumas mudanças de paradigmas que fizemos em relação a serviços disponíveis aos gabinetes, aos Vereadores, mas, também, os servidores que entenderam que aquelas mudanças eram necessárias para colaborar fazendo com que esse dinheiro retornasse aos cofres do Executivo e fosse aplicado em serviço da população. Esse foi o entendimento que tivemos. E avançamos em algumas questões que acreditamos que, ao término desse conjunto de obras, o conforto e, principalmente, a segurança em alguns casos, como é o projeto de segurança que nós

tínhamos num TAC com o Ministério Público e Corpo de Bombeiros está sendo agora acho que finalizado encerrando também mais esse processo de obrigações e responsabilidades junto a outros órgãos. Era isso, desculpe se eu me estendi, Sr. Presidente, mas era só para fazer um fechamento e algumas considerações que acho importantes.- O SR. PRESIDENTE:- Em razão da importância, o senhor como Ex-Presidente desta Casa, teve uma exceção para explicar a questão da gestão passada, gestão financeira também, ressaltando a questão com gastos extras com viagens e despesas no âmbito desta Casa, trinta e nove mil reais, é uma gestão profícua que você levou a ferro e fogo. Aline, por favor, para considerações finais, respondendo as perguntas dos Vereadores. Mais algum Vereador ou presente quer fazer perguntas para a Aline? Questiono porque a Aline terá que se ausentar, ela terá uma reunião de diretoria. Bruno, seguirei sim o pedido de informação, já perguntei ao Secretário Puppi se há essa possibilidade, do controle, onde foi feito investimento da economia da Câmara Municipal, e o Secretário já me adiantou aqui que há essa condição, então, faremos oficialmente via Comissão de Finanças. Importante para que esta Casa possa noticiar o bom empreendimento do dinheiro público na Cidade de Curitiba.- A SRA. ALINE BOGO:- Aproveitando a fala do Vereador Bruno, só explicar a todos os Vereadores que o valor que a Prefeitura transfere para a Câmara é um recurso livre, então, quando nós devolvemos, volta para a Prefeitura também na fonte livre. E cabe ao Município decidir, então, como vai transferir esse dinheiro, vai usar. Não compete ao Legislativo. Quero aproveitar para agradecer ao Vereador Bruno, aos Vereadores Mauro Ignácio e Serginho do Posto, a parceria que desenvolvemos no exercício, toda confiança depositada em mim e nos meus os colegas diretores, e agradecer também toda equipe que me apoiou sempre, que trabalha comigo, assim como todos os servidores desta Casa e a Comissão de Economia. Muito obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Aline, obrigado pela sua explanação. Eu preciso só mencionar dois questionamentos do Rômulo, por escrito, que são assuntos referentes à Câmara e gostaria de sua ajuda nessa questão. Vou ler aqui a pergunta do Rômulo Viel: não está na hora da Câmara partir para o uso do serviço de transporte para diminuir os gastos com os veículos que passam de milhão? Uma interrogação. Então, ele está perguntando se não está na hora da Câmara adotar o uso de veículos de transporte para diminuir os gastos com veículos. E outra pergunta, do Fabiano, que pergunta: com a construção de um prédio novo, reforma na Câmara, sobre esse assunto, investiu em sistema que fiscalize online as contas. Você já falou que foi feito sistema online, mas existem esses dois questionamentos por escrito, depois vou entregar para você, tem o e-mail das pessoas, o contato para que possa também receber a resposta. Então, é sobre a questão do transporte da Câmara e da reforma do prédio.- A SRA. ALINE BOGO:- Em relação ao transporte, a gestão passada se preocupou bastante em verificar todos os nossos contratos e foi feita uma redução nesse contrato de locação de veículos. Foram devolvidos alguns veículos e o contrato ficou bastante enxuto, lembramos que também temos carros que servem à administração, porque muitas vezes a gente precisa ir à prefeitura, se deslocar rapidamente, estamos sempre indo ao Tribuna de Contas, fazendo cursos, então é para isso que a gente utiliza. Mas o contrato foi revisto, assim como diversos outros, e o valor foi bastante reduzido, inclusive abrindo mão de ter carros novos, a gente continuou usando os mesmos carros que foram disponibilizados no início do contrato lá em 2015. Em relação ao prédio, nós tínhamos um fundo que previa a construção deste prédio, ele foi extinto e todo o valor foi devolvido ao município, até entendendo o momento que passamos. Em 2016 todos os Vereadores aprovaram a extinção desse fundo e devolvemos o valor de cinquenta e três milhões ao município. Permanecendo nas mesmas instalações, precisamos estar constantemente reformando, revitalizando, até para que tenhamos condições e as edificações sejam seguras para todo o andamento dos nossos trabalhos. É isso. Espero ter respondido as pessoas que fizeram as perguntas.- O SR.

PRESIDENTE:- Tem o e-mail, depois entramos em contato. Obrigado, Aline. Gostaria de agradecer a sua presença, entendo a sua ausência pois já tinha uma reunião previamente marcada. Agora, sem mais delongas, daremos a palavra, por quarenta minutos, ao nosso Secretário de Finanças, Vitor Puppi, para explanação sobre o terceiro quadrimestre de 2018.- O SR. VITOR PUPPI:- Bom dia a todos. Exmo. Vereador Paulo Rink, em nome de quem cumprimento todos os membros desta Comissão de Finanças, Exmas. Vereadoras, Vereadores, servidores, membros da equipe de Finanças. Queria fazer uma saudação especial ao nosso novo Superintendente Fiscal, o auditor fiscal do Estado Francisco Inocêncio que, a partir desta semana, passou a integrar a equipe da Secretaria de Finanças do Município, bem como o Presidente do IPMC, o Ary Gil, que também nos acompanha. O objetivo desta explanação é falar sobre as contas do exercício inteiro de 2018. Mas antes de entrar nas contas, também gostaria de trazer à Câmara em primeira mão, alguns novos projetos que a prefeitura deve apresentar nos próximos meses. Certamente um deles tão ou mais importante do que o Plano de Recuperação da cidade. Vale lembrar, fazendo uma pequena memória, em 2017 nós encaminhamos e esta Câmara corajosamente aprovou o Plano de Recuperação da cidade de Curitiba. Esse conjunto de doze projetos de lei e várias medidas inseridas nesses projetos que nos garantiram honrar os compromissos da cidade, tanto os passados que não haviam sido adimplidos como os presentes. Desde o Plano de Recuperação de Curitiba, nós não temos contas atrasadas no município, conseguimos sair de uma rubrica orçamentária que era zero para a Previdência os servidores e garantir, só neste ano de 2019, trezentos e vinte e oito milhões de reais no orçamento da Cidade para o pagamento dos aportes da Previdência, além da Contribuição Patronal que a Prefeitura também paga. Então, conseguimos, com o Plano de Recuperação, dar a Curitiba o que outras cidades e estados não têm. Nunca é demais lembrar a dificuldade de outros estados. Eu utilizo como exemplo Minas Gerais, um Estado riquíssimo, não paga nem a cota parte do ICMS dos municípios. Minas Gerais não paga aposentadoria. Minas Gerais não paga fornecedores, e agora foi rebaixado para nível de default pela Agência Moody's, porque não paga também as suas operações internacionais. É Curitiba, temos que dizer, com o comando do Prefeito Rafael Greca e o apoio desta Câmara, em especial quando da aprovação do pacote de medidas de 2017, garantimos o que a Cidade tem hoje, uma Cidade em que os investimentos aumentaram, e que mesmo num cenário de depressão se fez e se pôde fazer muito pela Cidade. Mas, quero chamar atenção para os novos projetos. O primeiro deles, que certamente é o mais importante, é o Fundo de Estabilização Fiscal da Cidade. Não existe ainda nada parecido no Brasil nesse sentido. O que é o Fundo de Consolidação e Estabilização Fiscal que será proposto e virá em breve aqui a esta Câmara? Esse Fundo serve justamente para evitar que a Cidade precise lançar mão de ajustes fiscais, de planos de recuperação em momentos de crise econômica. Esse Fundo vai ser abastecido, com o tempo, com valores decorrentes do superavit do Município, até um determinado limite, e em cenários de crise, ao invés de aumentar impostos, ao invés de onerar o contribuinte, a Cidade poderá utilizar esse Fundo. Também existirá uma previsão que esse Fundo seja utilizado em hipóteses de calamidade pública, grandes desastres naturais, ocasiões em que a Cidade precisa fazer um esforço e não tem recursos financeiros. Esse Fundo é novidade no Brasil. Estamos pensando, depois de arrumar o passado da Cidade, em garantir realmente o futuro da Cidade, dar essa contribuição do Prefeito Rafael Greca para que a Cidade, no futuro, daqui a cinco, dez, vinte anos, tenha respaldo financeiro para garantir os seus serviços públicos em dia. Nós temos alguns exemplos de como isso acontece fora do Brasil. Eu trouxe dois exemplos. Um deles é a Cidade de Detroit, que não é tão diferente da Cidade de Curitiba, e é a maior falência municipal dos Estados Unidos. É uma cidade que devia dezoito bilhões de dólares, e simplesmente virou uma cidade fantasma. A cidade quebrou, em 2013, a

maior dívida era com os funcionários públicos. A cidade dos Estados Unidos tem sob seu guarda-chuva os policiais e os bombeiros. Existiam trinta e oito mil aposentadorias que a cidade também não pagava. Claro que com a crise nos Estados Unidos o setor automobilístico deixou a Cidade, e ela se tornou praticamente uma cidade fantasma. Em 2016 a Cidade também lançou mão de um plano de recuperação, decorrente de uma lei de falências que existe nos Estados Unidos, e que é algo a se pensar também no Brasil, no futuro, e foi criado um fundo chamado Saving Fund, que será responsável por abastecer a previdência do município em 2024. Então, a cidade vai fazer um esforço fiscal, em Detroit, de trezentos e trinta e cinco milhões de dólares, é a meta da Cidade, para garantir as aposentadorias desses servidores em 2024. Então, Detroit é um exemplo vivo do que está acontecendo, do que está se passando, mas não é o único exemplo. Temos também exemplos mais antigos nos Estados Unidos, e outro deles é Washington, que é uma cidade que passou por uma crise gravíssima, no final dos anos 90. A Cidade tinha um deficit, naquela época, isso nominal, em valores não atualizados, de cerca de setecentos milhões de dólares, tinha responsabilidades com o sistema de metrô, enfim, e também naquela época lançou mão de um plano de recuperação, assim como fizemos em Curitiba. Reparem que essas oportunidades, como V.Exas. tiveram a oportunidade de participar durante o plano de recuperação, elas trazem situações em que é possível se pensar no futuro da cidade. Washington fez isso e criou nos anos 2000, o que eles chamam de Rany Day Font, que é uma inspiração para um modelo que pretendemos lançar aqui em Curitiba. Esse fundo pode ser utilizado em casos de calamidade pública, são casos excepcionais, ou seja, é um dinheiro muito bem guardado nos Estados Unidos e também em casos de crises econômicas. Então, a cidade ao invés de lançar mão de novos impostos, novas taxas, os municípios têm mais autonomia do que temos aqui, eles lançam mão desse fundo. Hoje, esse fundo tem um bilhão e duzentos milhões de dólares guardados. E já quero dizer aos senhor, que isso significa não só uma provisão para o futuro, mas também habilita a cidade e tenho certeza que Curitiba será a primeira capital a fazer isso, a lançar títulos públicos para financiar seus investimentos. Hoje temos uma proibição, pela Legislação Federal, Vereador Bruno Pessuti já conversou comigo a esse respeito e isso uma hora vai ter que ser alterado. E precisamos estar prontos e termos estabilidade para garantir, que a cidade também pule na frente quando for necessário lançar títulos de investimento, como aliás a cidade já fez há muito tempo no passado. Então, Washington é um exemplo de sucesso nos Estados Unidos, várias outras cidades e estados, que passaram por dificuldades fiscais, também lançaram mão desse tipo de mecanismo. Só para explicar rapidamente, é claro que essa questão estou trazendo em primeira mão, mas vai ser depois debatida com calma, mas são dois objetivos principais, a proteção dos gastos sociais e, principalmente, das flutuações econômicas, porque atravessa o município. Então, não vamos ter interrupção, não poderíamos ter a interrupção dos serviços públicos ou mesmo diminuição dos serviços, se existirem recursos para cobrir eventuais deficit aí, decorrentes de crises econômicas, mas não de má gestão orçamentária. Vale lembrar que crise econômica é um conceito econômico, fechado, temos dificuldades, mas temos crises e crises que significam PIB negativo, enfim, são situações específicas e há de ser assim para que esse fundo funcione. Aí, teremos regras bastante rígidas, vamos propor regras rígidas para a utilização desse recurso público, que vai ser abastecido com superavit, com parte do superavit, que o município conseguir economizar, no exercício anterior. Então, ele não prejudica os investimentos da cidade, não prejudica qualquer despesa que a cidade tenha no seu orçamento, ele simplesmente significa que o esforço da cidade, parcialmente vai ser direcionado para esse fundo, até um determinado limite, porque é claro esse fundo não pode ser um fundo maior do que o orçamento da Prefeitura. Então, até um determinado limite esse fundo é capitalizado, depois ele fica aguardando a oportunidade para ser

utilizado. Mas as regras vamos explicar depois. Eu só gostaria de abrir essa audiência pública com esse instrumento que significa a consolidação daquilo que temos proposto em termos de finanças públicas para o Município de Curitiba. Além disso, devemos trazer à Câmara, esse sim já está pronto, nas próximas semanas ou dias, o Fundo de Inovação do Vale do Pinhão, fundo para financiamento, para crédito para empresas inovação curitibanas Startups, que deve ser administrado por uma instituição financeira oficial ou uma agência de fomento, isso estará previsto na lei, prevemos em torno de dez milhões de reais para que esse fundo seja capitalizado e possa facilitar o crédito para essas empresas, que têm dificuldades, às vezes, de emprestarem instituições financeiras e a cidade pode sim, oferecer esse Ruby de inovação de ferramentas, para que elas fiquem em Curitiba, contribuam com a cidade, gerem empregos, e também futuramente paguem o ISS para a cidade. Então, esse fundo deve vir em breve aqui para a Câmara Municipal de Curitiba. E também deveremos encaminhar a nova fase do projeto Nota Curitibana, o coordenador do projeto, o Mário Nakatani está aqui presente. No que vai consistir essa fase do Nota Curitibana. Vamos abrir a possibilidade de utilização dos créditos. Tradicionalmente os créditos são abatidos, o IPTU é utilizado como principal ferramenta para abatimento desses créditos. Queremos que esses créditos sejam utilizados também na mobilidade urbana, seja no transporte coletivo da cidade, por meio do cartão transporte, seja nos aplicativos de transporte ou também agora nas bicicletas e patinetes da cidade, o crédito gerado pelo Nota Curitibana vai poder fomentar esse tipo de atividade. Então, se o contribuinte, se o cidadão curitibano quer pedir nota fiscal e quer andar de ônibus, de Uber, enfim, ele vai poder utilizar o crédito do nota curitibana para pagar esse serviço. Estamos em fase de desenvolvimento de sistemas, junto com algumas operadoras vamos fazer um chamamento público para aquelas que estejam interessadas em participar, já temos um aceno positivo por algumas dessas operadoras de transporte, o cartão da Urbs certamente será abastecido com créditos do Nota Curitibana e é uma forma de continuar incentivando o contribuinte a pedir a nota fiscal. É um programa de bastante sucesso no Estado que em Curitiba também mostrou dados interessantes, vamos apresentar mais adiante, mas também queremos expandir o programa nesse sentido. E também acatando uma sugestão de alguns Vereadores, expandir às entidades premiadas desse programa. Hoje temos um círculo fechado de entidades de assistência social, devemos expandir isso para outras entidades. Ainda estamos estudando, mas devemos mandar para a Câmara em breve quais são as entidades que pretendemos que sejam beneficiadas também pelos prêmios do Nota Curitibana. Esses três projetos que eu gostaria de apresentar, o Fundo de Estabilização, o Fundo do Vale do Pinhão e também a ampliação do Programa do Nota, antes de fazer a abertura do nosso relatório fiscal de 2018, depois, obviamente, estarei à disposição para as perguntas. Então, já entrando no nosso ano inteiro de 2018, no nosso exercício, os dados de receita, tivemos aí uma receita total de oito bilhões, setecentos e oitenta e oito milhões de reais, tivemos um acréscimo em termos reais nas nossas receitas correntes de 2.16%, nas nossas receitas de capital, que são aquelas destinadas em especial para investimentos na cidade de 66%, que é muito expressivo; e também as receitas intraorçamentárias, estas decorrem das contribuições dos servidores e também da Prefeitura, um decréscimo de 7.87% que reflete, na verdade, também um decréscimo nos gastos de pessoal do Município, mas isso vamos mostrar um pouquinho para frente. No geral, tivemos em todas as receitas um acréscimo de 3.15%, com exceção das receitas intraorçamentárias, o que é bastante positivo, num cenário em que o País tem dificuldades para crescer, as nossas receitas, em razão do plano de recuperação cujos efeitos se sentiram muito mais em 2018 do que em 2017, cresceram 3.15%. As nossas metas, arrecadamos praticamente o que imaginávamos da receita, tivemos 60% das receitas de capital, o que é muito interessante do ponto de vista de investimentos na cidade, vamos mostrar depois o quanto se gastou em

despesas de capital mais adiante. Então, tivemos uma meta total de 102% um pouco acima do que imaginávamos arrecadar para o exercício de 2018. Com relação especificamente a arrecadação das ATTCs – Administradora de Tecnologia em Transporte Compartilhado, hoje temos quatro em Curitiba, a Cabify, Uber, 99 e Wappa que é um segmento específico mas também está credenciado no Município de Curitiba. Em quinze meses de regulamentação, arrecadamos dezoito milhões de reais através do preço público pago por essas companhias, a média mensal é de um milhão, cento e cinquenta mil reais por mês, é a média de arrecadação do Município com as ATTCs, uma arrecadação bastante interessante e que também surgiu como instrumento interessante para equilíbrio do orçamento ao longo de 2018. Aí alguns resultados do Programa Nota Curitibana em 2018. Temos mais de vinte mil pessoas que aproveitaram cerca de um milhão de reais em descontos no IPTU. Queremos que o Programa cresça e que esses valores também sejam significativos para o transporte e para a mobilidade na cidade. Significou 24.3% na emissão de notas fiscais que geram créditos, o que significa que o Programa, realmente, tem um resultado bastante expressivo, porque as pessoas colocam o CPF e nesse pedido tivemos acréscimo de 24.3%. Distribuímos dois milhões e oitocentos mil reais em prêmios. Foram trinta e três mil pessoas premiadas. Vale lembrar que não são só os grandes prêmios, temos prêmios pequenos também de dez reais, que o contribuinte é mensalmente premiado. Foram dezenove entidades premiadas, com prêmios bastante expressivos, de vinte e cinco, de dez, de cinco mil reais. Algumas entidades ganharam mais de uma vez, porque as entidades se repetem. Queremos ampliar para que essas entidades também defendam o Programa e ajudem o contribuinte a pedir a nota fiscal de serviço. Temos noventa mil pessoas inscritas no Programa na cidade, num total de cento e quatro mil empresas que emitem notas fiscais no Município de Curitiba. Então, especificamente com relação a imposto sobre serviços, tivemos um acréscimo nominal de 6.45% em 2018, comparada a 2017 e um incremento real de 2.60%, que é bastante importante para a cidade. Quero adiantar, porém, que ainda não atingimos níveis do ISS que eram recebidos em 2015 pela Cidade de Curitiba. Curitiba ainda arrecada menos ISS do que arrecadava na gestão anterior. É importante dizer isso, porque pode se ter a impressão de que como a receita cresce a cidade já está em outro patamar. Estamos buscando sempre o equilíbrio dentro da responsabilidade fiscal, mas a cidade arrecadava mais em 2015. Os cinco maiores segmentos de arrecadação do ISS, os nossos maiores, o que cresceu e o que diminuiu. Apoio técnico, jurídico e contábil é o nosso número um, o nosso campeão, subiu 11.9%, comparado a 2017; saúde e assistência médica cento e sessenta e um milhões, mais ou menos estável com relação a 2017; construção civil e engenharia, tivemos um decréscimo de 2.77%. Acreditamos que em 2019 esse número deve ser revertido por duas circunstâncias, a primeira é o reaquecimento da economia, que se espera e já se tem sentido no início de 2019 e também um novo sistema da construção civil, que entrou no ar agora em 2019 e que é o sistema eletrônico, que vai, certamente, propiciar não apenas uma arrecadação melhor, mas evitar fraudes no Município, facilitar a fiscalização e colocar em pé de igualdade as construtoras. Queremos que aquelas construtoras que pagam seus impostos não sejam prejudicadas por uma concorrência desleal daquelas que não pagam. Em sendo eletrônico, facilita o trabalho da Prefeitura e facilitará também o trabalho das construtoras. É claro que existe uma certa resistência no início, mas logo essa questão já estará pacificada com os incrementos que temos feito. Informática e tecnologia, subiu 11.4%, bastante expressivo o acréscimo nesse segmento, que também pretendemos que cresça com o tempo, com o Vale do Pinhão. Bancos e instituições financeiras se mantiveram praticamente estáveis, com um acréscimo inferior a 1%. Aí em termos percentuais o ISS, o quanto ele subiu ou diminuiu nos últimos anos. Tivemos um decréscimo muito significativo entre 2015 e 2016, de 6.91%. Esse decréscimo ainda não foi recuperado pela cidade, lembrando que o ISS

é a principal fonte de receitas do Município. Tivemos aí um acréscimo interessante em 2018, mas vejam que em 2017 também perdemos. Então, esta Câmara Municipal votou o plano de recuperação durante o momento realmente de depressão econômica e que agora já temos notado algum incremento, mas ainda estamos buscando a realidade que existia algum tempo atrás. Agora a evolução em termos financeiros, esses números em milhões. Reparem que em 2015 a cidade arrecadava um ponto duzentos e quarenta e quatro bilhão de reais, hoje tem uma previsão para 2019 de um bilhão, cento e cinquenta e sete, e arrecadou em 2018 um bilhão cento e trinta e sete. Ou seja, valores abaixo do que a cidade arrecadava. Estamos ainda no patamar de 2012 do ISS. É uma queda bastante significativa e que temos procurado, obviamente, compensar com outras receitas. Aqui o quanto tínhamos de previsão. Arrecadamos 103% do que tínhamos como meta do ISS em 2018, prevista pelo departamento de orçamento. Em 2017 arrecadamos menos, então em 2018 fizemos um orçamento mais realista e certamente mais conservador também e conseguimos cumprir essa meta de 103%. Por que conservador? Porque a cidade não pode gastar e declarar que vai receber mais do que arrecada. Isso acaba gerando, como gerou no passado, restos a pagar sem que exista cobertura financeira para essa despesa. Estamos, nesse sentido, bastante equilibrados. Com relação ao IPTU, a mesma avaliação. Tivemos um crescimento também expressivo, nominal de 8.39% e real, comparado a 2017, de 4.47%. Ao que se deve esse crescimento? Vale lembrar que em 2014 foi modificada a planta genérica ou os critérios da planta genérica do município de Curitiba e em 2014 foi aprovada uma lei pela Câmara Municipal criando limitadores para o crescimento do IPTU, um percentual da inflação mais um percentual fixo de 4%, 5% a 7% para imóveis edificados ou não edificados. A Prefeitura manteve esse limitador em 2017. Também foi aprovada uma lei dentro do Plano de Recuperação mantendo esse limitador, o que garantiu um incremento no IPTU de 4.47%, em termos reais, comparados a 2017. A evolução no IPTU sim é uma evolução, desde a modificação da planta genérica, bastante significativa. Vale lembrar que muitas cidades, a exemplo de Porto Alegre, comentava isso na época com o Vereador Serginho, não conseguiram aprovar uma planta genérica nova. Hoje se discute no Congresso a possibilidade de se obrigar o Executivo a trazer uma planta inclusive por decreto. Esse é o desejo de muitos prefeitos que tiveram dificuldades de aprovar sua planta genérica em outras cidades do Brasil. Curitiba fez algo interessante em 2014, aprovou a planta genérica e mantivemos esse crescimento a partir de 2017, em termos reais, em valores. Percebam a grande mudança a partir de 2014. De quinhentos e nove milhões, alta para quinhentos e setenta e quatro milhões, em 2018 arrecadamos seiscentos e sessenta e três milhões e temos a previsão de arrecadar setecentos e trinta e sete milhões em 2019. Já me adianto, para onde vão esses recursos? Temos feito uma gestão para cobrir o custeio que antes não era coberto no município. Como hoje temos trezentos e vinte e oito milhões de reais no orçamento para cobrir a previdência dos servidores? Justamente em razão desses acréscimos. Como conseguimos garantir o custeio da saúde, da educação? Também com esses acréscimos. Estamos, em dois anos, equilibrando o orçamento. A LOA de 2019 já é uma lei orçamentária muito mais equilibrada que a dos anos anteriores, e temos certeza de que em 2020, mantido esse cenário, teremos um cenário ainda mais profícuo para a cidade. IPTU, arrecadamos 106% da meta. Em 2017 arrecadamos 101.14% do que havíamos previsto. O ITBI, e é um cenário mais interessante, porque passa por uma modificação expressiva que a Câmara votou no Plano de Recuperação. É qual foi essa modificação expressiva? Não foi a alíquota, mas sim a forma de cobrança. Vale lembrar que o ITBI era pago antes só no registro da escritura pública no cartório de registro de imóveis. Com o Plano de Recuperação, a cidade passou a cobrar o ITBI na lavratura da escritura de compra e venda, a exemplo do que outros municípios de outras capitais do Brasil já fazem há muito tempo. Então, tivemos um acréscimo bastante significativo de quase 20%

nominal, e 15% em termos reais. Dessa forma, a evolução do ITBI propiciou um aumento na arrecadação de cinquenta e quatro milhões de reais. É claro que isso também tem a ver com o setor produtivo. Se o setor imobiliário está aquecido, o ITBI volta a ter importância na Cidade. Mesmo assim, faço questão de frisar, ainda não estamos nos tempos de 2015, quando se arrecadava mais ITBI, inclusive sem essas mudanças. É o que vamos ver a seguir: a evolução em termos reais. Então, vamos lá. Arrecadamos trezentos e vinte e nove milhões de reais em 2018 com o ITBI. Percebam que em 2013 e em 2014 se arrecadava trezentos e sessenta e quatro milhões de reais e trezentos e sessenta e nove milhões de reais, respectivamente, com o imposto. Isso demonstra bem que o problema da Cidade, entre os anos de 2013 e 2016, não era um problema financeiro apenas, era um problema de gestão orçamentária do Município, a destinação dos recursos. Porque, se a Cidade arrecadava mais ISS, arrecadava mais ITBI e tinha uma arrecadação crescente de IPTU, então não foi a crise que se sentiu em 2016, ou seja, no último ano da gestão, que realmente possa ter atrapalhado tanto assim. Então, arrecadamos, com a mudança, mais do que havíamos previsto: 114% da meta. Em 2017, tínhamos ficado um pouco abaixo: 94% da meta. Aí, a taxa de coleta de lixo, que é, talvez, também a mudança mais significativa em termos de modificação no Plano de Recuperação. Vale lembrar que, com o Plano de Recuperação, passamos a cobrar igualmente os contribuintes. Ou seja, aqueles que eram isentos e não pagavam a taxa de lixo, passaram a recolher a taxa de lixo; também com descontos para aquelas pessoas em situação de vulnerabilidade social, conforme uma lei aprovada na Câmara Municipal nesse sentido. E acrescentamos aí praticamente cinquenta milhões, que havíamos previsto, na arrecadação da taxa de lixo. E por que isso é importante? Porque o lixo não era pago há seis meses, em janeiro de 2017. Então, em janeiro de 2017, tínhamos uma conta de junho de 2016 para pagar à Empresa Cavo, que nos cobra agora trinta e oito milhões de reais em juros de mora pelos atrasos sistemáticos ocorridos entre 2013 e 2016. Hoje, estamos rigorosamente em dia com os pagamentos do lixo, não existe uma fatura atrasada do maior contrato da Prefeitura, que é a empresa que coleta o lixo da Cidade. Então, arrecadamos cento e setenta e três milhões. Aí, a nossa pirâmide, vamos dizer assim, para se ter uma ideia do que é composta a Receita Tributária própria do Município. Valendo lembrar que Curitiba tem a felicidade de arrecadar com receitas próprias um percentual maior do que com transferências obrigatórias, constitucionais, seja da União, seja do Estado. E também vou falar mais adiante que temos sim, Curitiba tem sim perdido muito dinheiro do Governo do Estado. As nossas transferências de ICMS têm caído sistematicamente, perdemos mais de 10%; vamos mostrar isso depois. E temos que equilibrar essas perdas com as receitas próprias do Município. Então, o crescimento dos nossos impostos, as taxas, a taxa de lixo, foi de 35%, quando comparado a 2017. O Imposto de Renda Retido na Fonte, que é justamente descontado dos servidores públicos, caiu 1,8%. Isso é reflexo, na verdade, da queda de gastos, do controle de gastos com pessoal. O ITBI subiu 15%, trezentos e trinta milhões; o IPTU, setecentos e sessenta e dois milhões, 4,47%; o ISS, um bilhão e duzentos milhões de reais, um crescimento de 2,6%. Aí, transferências correntes do Município, o que o Município recebe de transferências. Temos aí um gráfico geral, já vamos entrar em um muito mais detalhado. Mas a nossa maior transferência é a do SUS. Até a Secretária Márcia Huçulak está ali e sabe muito bem disso, como administrar as dificuldades também do SUS. O Município recebe uma quantia bastante significativa do SUS. Vale lembrar que Curitiba recebe, mas cidades como Belo Horizonte recebem muito mais do SUS, quase o dobro, salvo engano, né, Márcia? Então, Curitiba também tem bancado com recursos próprios a maior parte da sua operação. Nós igualamos aí ou até um pouquinho a mais com recursos próprios do SUS. ICMS, nossa segunda principal receita, percebam que entre 2017, a barrinha vermelha, e 2018, a barra verde, nós tivemos um decréscimo, depois Fundeb, IPVA, enfim, que também caiu,

o fundo de participação do Município e, por aí vai. Vamos entrar um pouquinho mais nesse dados. Então, o SUS, tivemos um crescimento de 1,65%, oitocentos e trinta e sete milhões recebidos do SUS, o ICMS nós tivemos um decréscimo próximo de 10% em termos reais, nominais seria maior, por isso falei mais 10%, isso significa em torno de sessenta milhões de reais a menos que Curitiba recebeu do Governo do Estado comparado a 2017. Existia uma antecipação também em 2017 de créditos que o Governo do Estado tinha a receber, isso impactou 2017, mas, mesmo assim, o ICMS vem caindo nos últimos anos. Aliás, quero dizer o que eu já disse em uma oportunidade para um Prefeito da Região Metropolitana. Curitiba recebe seiscentos e trinta e quatro milhões de reais, enquanto Araucária, por exemplo, a título de ICMS, em torno de quinhentos milhões de reais. E os cidadãos de Araucária certamente se tratam nas UPAS, nos postos e usufruem do atendimento de Curitiba. E temos bancado boa parte da estrutura da região metropolitana, sendo que a região metropolitana, por vezes, recebe um valor muito expressivo do Governo do Estado. Aí até se justifica a notícia de que a região metropolitana, Araucária, enfim, baixou a passagem do transporte coletivo para dois e algo de reais. Realmente, ganhando quinhentos milhões de reais, para uma população infinitamente menor de que a Cidade de Curitiba, a Administração fica um pouco diferenciada. Então, no Fundeb tivemos um acréscimo de quinhentos e oitenta e dois milhões de reais, IPVA caímos também 1,4%, trezentos e setenta milhões de reais, e o Fundo de Participação do Municípios, esse vem do Governo Federal, tivemos um incremento de 3%, duzentos e cinquenta e sete milhões de reais. Aí as nossas receitas de transferências correntes, convênio de capital, oitenta e cinco milhões de reais, outras transferências correntes, setenta e quatro milhões de reais, convênios correntes, aí está o transporte coletivo, que em 2018 foi firmado um convênio com o Governo do Estado em torno de setenta e um milhões de reais para subsídio do transporte coletivo, e um valor ligeiramente superior aos quarenta milhões de reais que agora o Governo do Estado se comprometeu com o transporte coletivo da cidade. Em 2018 foram setenta e um milhões de reais. O FNDE, setenta e quatro milhões de reais, e outras transferências de capital, que são convênios, enfim, para investimentos, vinte e dois milhões de reais. Aí um gráfico geral para se ter uma ideia do que é a receita tributária do Município. Então, a primeira linha lá em cima é o ISS, arrecadamos em 2018 1,2%, esses termos estão deflacionados provavelmente, IPTU, ITBI, imposto de renda e a taxa de lixo, que é o que teve um acréscimo mais significativo de cento e vinte e um para cento e setenta e três milhões de reais. Aqui a evolução dos nossos repasses constitucionais que eu tenho dito do ICMS. Então, percebam que antes, em 2014, 2015 se arrecadava mais também de ICMS, recebia mais de transferências obrigatórias do ICMS. Então, tudo isso que estamos fazendo na cidade, nós não diminuimos, estamos fazendo proporcionalmente com uma receita tributária equilibrada, mas em alguns aspectos menor, do ICMS em especial. Aí nosso valor adicionado. O que é o valor adicionado do ICMS? O valor adicionado é aquele valor que acrescenta na atividade das empresas, contribuintes do ICMS que estão localizados em Curitiba. Então, pode parecer que 0,19 é um número pequeno, mas é um número bastante significativo. E vem daí a explicação para nossa queda de repasses do ICMS. Então, enquanto era 0,19 em 2012, caiu para 0,14 em 2017 e mantivemos 0,14 em 2018. Uma queda de 26%. Significa que temos menos empresas contribuindo aqui com ICMS na Cidade de Curitiba. Pode passar para a próxima. Essa é a composição do ICMS, então, o Vereador Serginho também havia me perguntado na última audiência como seria a modificação. Então, 75% do ICMS, a participação do índice é do valor adicionado, que é o que temos perdido. Aí vem 8%, isso regulado por uma lei estadual, a produção agropecuária, o número de habitantes, o fator ambiental, a área ambiental do município é bastante importante, propriedades rurais, área territorial e também o índice fixo da Secretaria da Fazenda do Estado que representa os outros 25% da cota parte do ICMS. Esta é a composição

do ICMS e esse é um trabalho que já temos estudado e a partir de agora vamos trabalhar bastante para que o município possa recuperar o valor que lhe é devido, vamos dizer assim, ou o que seria devido do ICMS. Fechadas as receitas do município, agora vamos para as despesas. Com relação às despesas em 2018, tivemos uma despesa corrente, de seis milhões e oitocentos e setenta e seis mil praticamente estável. Nessa despesa temos o custeio do município e também a despesa com o pessoal. Então, percebam que enquanto as receitas subiram 3.5% as nossas despesas correntes, que são aquelas realmente da máquina pública, seja pessoal e custeio, se mantiveram praticamente estáveis em termos reais. Servidores públicos pudemos aprovar 3% de crescimento. Claro que este valor real já está embutido aqui, porque 0,08% já é um número real e não o nominal. Despesa de capital, ou seja, investimentos e pagamentos de dívida aumentamos em 26% com relação a 2017. Não mexemos nas nossas reservas em 2018 e as despesas intra-orçamentárias iguais a receita 7.97% de decréscimo. Então, tivemos aí despesas totais de sete bilhões, trezentos e oitenta e oito milhões de reais, um acréscimo real de 1,54% sendo que despesas de capital teve um maior acréscimo. Então, tivemos um cenário em que as nossas receitas subiram e conseguimos com muito esforço e com muito controle manter as despesas em um patamar parecido com 2017. Mas por que fizemos isso? Fizemos isso porque estamos vindo sempre de um cenário de deficit orçamentário. Eu tenho um gráfico que já mostrei por diversas vezes para a Secretária Márcia Huçulak sobre a saúde, que vai espelhar bem isso, vai espelhar a política que o município tem adotado. Então, aí uma das razões, tem muita coisa que não se fala e eu queria compartilhar também com V.Exas., a criação da Coordenadoria de Custos e Análise de Projetos ainda em 2017. Nós criamos uma coordenadoria de custos e análise de projetos que, junto com o Conselho de Gestão e Responsabilidade Fiscal, faz a análise de grandes contratos do município, contratos de limpeza, locação e outros tipos de contratos em que foi propiciado uma economia por meio da revisão desses contratos ou de adoção de novos parâmetros em licitações em setenta e seis milhões de reais em dois anos desse programa da CCAP. Nós também criamos um instrumento que se chama programação real da despesa, principalmente com o Departamento de Orçamento e de Contabilidade, em que conseguimos prever o gasto de cada Secretaria e aí sim trabalhar com os deficits e com as necessidades de cada Secretaria já a partir do começo do exercício. Isso significa qualificação do gasto público e por isso conseguimos manter as nossas despesas estáveis em 2018. Então, aí as nossas despesas correntes. O debaixo é o maior, ficou invertido: Pessoal ou encargos sociais - três bilhões, quatrocentos e setenta e dois milhões, aí já estão as nossas despesas com folha de pagamento e Previdência, é a maior despesa do município. Nós tivemos um decréscimo de 1.09% quando comparada a 2017 com as nossas despesas de custeio, três bilhões, trezentos e sessenta e dois milhões de reais, um acréscimo de 1,42%, e juros e encargos da dívida, pagamos menos juros e encargos do que nós tínhamos pago em 2017, uma queda de 8.32%. Em outras despesas correntes, ou seja, o custeio, gastamos próximo daquilo que prevíamos 102,40%, pessoal 97,40%, justamente essa diferença equilibrou o custeio do município, juros e encargos da dívida, gastamos 81% do que tínhamos previsto para essas despesas. E as despesas de capital, que são aquelas despesas saudáveis, vamos dizer assim, não que as outras não sejam, mas essa é uma despesa geralmente com investimento da Cidade. Então, nós aumentamos a amortização da dívida do Município em mais de 50%. Amortizamos duzentos e trinta e seis milhões de reais em dívidas do Município, em 2018. Inversões financeiras: é o dinheiro que segue para a Urbs, para a Cohab, enfim, para aumentos de capital. Nós crescemos, mais do que dobramos o valor para quinze milhões e setecentos mil reais, quando comparado a 2017. E os investimentos da Cidade, crescemos duzentos e sessenta milhões, 6.72%, que mostraremos em outro gráfico. Com relação a amortização da dívida, pagamos mais dívida do que tínhamos

previsto, e isso se deve aos leilões, que continuamos fazendo. Os leilões de dívida, uma medida aprovada junto com o plano de Recuperação, por essa Câmara Municipal, 123%. Inversões financeiras, é aquele dinheiro de aumento de capital para as companhias do Município, 273%. Nós aumentamos mais do que tínhamos previsto. Investimentos, 60.8%. Isso é bom, porque sempre temos que prever no orçamento uma quantia significativa de operações de crédito que o Município tem interesse. Por exemplo, a Agência Francesa, BID, enfim, e são operações que se consolidam ao longo do tempo. Então, 60% é um patamar bastante aceitável, bastante interessante para as despesas de capital que tínhamos previsto. Também queria trazer para V.Exas. o fechamento daquele número que dissemos aqui na Câmara, no início de 2017, os seiscentos e quatorze milhões de reais em dívidas sem empenho. Então, como estamos hoje daqueles seiscentos e quatorze milhões de reais? Não vou ler um por um, mas em termos gerais ainda temos um saldo devedor com fornecedores, que está parcelado e também vai a leilão, de setenta e sete milhões. Nós já amortizamos, isso já pago, trezentos e um milhões. Temos valores significativos a pagar nos próximos treze anos com o IPMC, cento e trinta e cinco milhões, que não havia sido pago em setembro a dezembro de 2016. Temos também o patronal do IPMC, vinte e quatro milhões. Esses valores estão parcelados em quinze anos junto ao IPMC, e a Prefeitura vem honrando mensalmente esses valores que não foram pagos no ano de 2016 ao Instituto. Aqui o nosso panorama dos leilões. A nossa taxa média de desconto, 16.54%. Fizemos oito leilões, e deveremos fazer um leilão agora em março. Já pagamos setenta e oito milhões de reais de crédito, e economizamos treze milhões de reais. Desembolsamos sessenta e cinco milhões de reais com os leilões da Prefeitura com os nossos credores. Nosso maior credor continua sendo a empresa de lixo, a Cavo, que ainda tem a maior parte desse saldo de setenta e sete milhões de reais. Quero chamar atenção para esse outro gráfico, e tenho insistido bastante, porque ele espelha a política do Município em termos orçamentários. Esse é o gráfico da Saúde, que a Secretária Márcia Huçulak administra. Percebam que em 2016 a Saúde começou o orçamento com dezessete milhões de reais. Gastou cento e cinquenta e cinco milhões. Como se inicia um ano, um exercício financeiro, com dezesseis milhões, sendo que uma parcela do contrato da FEAES é de dezoito milhões de reais? Então, conseguimos, ao longo do tempo, crescer esse valor, a partir de 2018, para cento e quatorze milhões de reais, e duzentos e um milhões de reais em 2019. Significa que estamos chegando próximo da verdadeira despesa em recursos do Tesouro Municipal com a Secretaria de Saúde. Então, nesse ano deveremos gastar em torno de duzentos e cinquenta e dois milhões, já temos uma suplementação programada nos recursos da Saúde, mas significa que estamos chegando mais próximos do custeio verdadeiro da saúde. Disponibilidade de caixa do Município. Temos um caixa bruto, isso significa que não é um caixa livre, de um bilhão e novecentos milhões de reais, restos a pagar tanto operações de crédito, convênios, quinhentos e dezoito milhões de reais, temos restos de Tesouro em torno de cento e cinco milhões de reais; consignações, noventa e oito milhões de reais; outros compromissos, setenta e nove milhões de reais. A nossa disponibilidade de caixa líquida, seiscentos e treze milhões de reais, isso sem contar com o Instituto de Previdência, o IPMC, que tem outra sistemática de caixa, só os recursos do Tesouro Municipal. A nossa receita corrente líquida, começamos de baixo para cima, tivemos uma receita corrente líquida de sete bilhões, cento e cinquenta e um milhões de reais, um acréscimo de 3.41%. Nosso resultado primário foi de quatrocentos e cinquenta e seis milhões positivo, significa que o município fez um esforço fiscal e deixou de gastar quatrocentos e cinquenta e seis milhões de reais do que tinha previsto e diminuiu a sua dívida. Então, o resultado nominal de seiscentos e treze milhões de reais significa, isso é o abaixo da linha, significa o quanto que o município conseguiu na sua posição de consolidação de dívida líquida, diminuir aí a exposição à dívida em seiscentos e treze milhões de reais, é um cenário bastante

positivo, ainda mais comparado com os tempos de hoje em outras cidades do País. Nossas metas e limites, então o nosso limite de gastos com pessoal está em 42.24%, nosso limite prudencial de 51.3%, estamos abaixo do limite prudencial. Aí a evolução da despesa com pessoal, isso sem considerar o FUC, em 2016, sem considerar o FUC estaríamos acima em 51.71% do limite prudencial. Corrigimos essa crescente que vinha desde 2014, estamos em 42.24%, em 2018 deveremos nos manter próximos aí em 2019. Limites com a dívida, temos uma dívida consolidada líquida negativa, o que significa isso? Significa que o município tem mais capacidade de caixa do que dívida. Então, hoje, se o município quisesse, e assim entendesse, poderia quitar toda a sua dívida de operações futuras, de crédito, principalmente, que teria caixa para isso. É uma situação bastante interessante do ponto de vista fiscal. A nossa dívida consolidada em relação à receita corrente líquida, vem caindo bastante no último ano, começamos em 22.7%, estamos em 19.9%, que é bastante aceitável. A nossa distribuição da dívida, também é um gráfico que queria chamar a atenção de V.Exas. O que é isso? Talvez, seja o gráfico mais importante para se entender a política orçamentária do município nos últimos anos. Então, percebam que essa linha vermelha são os gastos do município do orçamento corrente para pagar dívidas do exercício anterior. Então, o município começou em 2014, quando esta Câmara também aprovou um parcelamento da dívida, pagando vinte e três milhões de reais do orçamento de 2014 para dívidas de 2013. E aí começou um descontrole, em 2015 a Prefeitura pagou cento e vinte e um milhões de reais do orçamento de 2015 para pagar 2014; em 2016, cento e noventa e cinco milhões. Se não tivesse sido aprovado o plano de recuperação, teríamos quatrocentos e noventa e três milhões de reais, do orçamento de 2017, para pagar as dívidas de 2016. Então, conseguimos corrigir isso, novamos a dívida e conseguimos também cair expressivamente os gastos com essa rubrica. Percebam que em 2018, que é efetivamente o ano em que elaboramos o orçamento, conseguimos fazer o controle dessa despesa, gastamos apenas quatro milhões, duzentos e noventa mil reais com essa despesa. O que é um resultado extremamente significativo, do ponto de vista de planejamento orçamentário da cidade. A nossa dívida bruta e a dívida líquida, em azul o quanto o município deve, em termos de dinheiro mesmo e financeiro, percebam que em 2016 para 2017 acrescentamos quinhentos milhões nessa conta, em razão principalmente do valor da previdência, que não tinha sido pago e conseguimos decrescer esse valor para 2018 e 2019 em patamares quase próximos a 2016. Então, temos uma dívida consolidada líquida que é justamente a capacidade de caixa do município, uma posição muito melhor em 2018 do que tínhamos em 2016. Nossa dívida externa, o BID tem 65% da nossa dívida externa; a Agência Francesa 33%; o Fonplata 2%, estes são programas de investimentos na cidade que foram financiados por meio de operações de crédito. A nossa dívida interna, o nosso maior credor é o IPMC, quatrocentos e dez milhões de reais, dívidas da previdência que não foram pagas no ano de 2015 e 2016; a Caixa Econômica, são operações de crédito, duzentos e quarenta e cinco milhões de reais; vem precatórios; a novação da dívida; o Pasep da receita Federal também um valor bastante significativo, em torno de cem milhões de reais; e o ICS que também é uma dívida que tivemos que parcelar, parcelamos cinquenta e nove milhões de reais com o ICS e estamos pagando em dia, inclusive, adiantando parcelas do empréstimo com o ICS. Os limites com garantia, o limite máximo é 22%, temos 3.35%. Curitiba tem uma capacidade bastante significativa de oferecer garantias e também de se endividar. Operações de créditos, como eu disse, temos um limite de 16% para operações internas, antecipação de receita não fazemos aqui, é 7%, temos 0.14%, é muito abaixo do nosso limite para operação de crédito, teríamos espaço para operações de crédito. O limite da Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal com publicidade e propaganda. O limite máximo é de 0 a 60%, estamos em 0.35%, abaixo do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal. Para encerrar, o

cenário de investimentos na cidade. Temos cento e noventa e dois contratos entre 2017 e 2018, cerca de um bilhão de reais em investimentos, contratos concluídos nessa gestão, vinte e dois contratos até agora, cento e dezesseis milhões de reais; contratos em andamento ou iniciados nessa gestão ou anteriores, seiscentos e setenta e nove milhões de reais; que aguardam ainda ordem de serviço, empenho em licitação, quarenta e dois contratos, cento e vinte e nove milhões de reais. (slides) Aí mostra justamente o nosso cenário dos investimentos em apenas dois exercícios. Quero chamar a atenção para este gráfico, aumentamos em 65% os investimentos do Município entre 2016 e 2018. De cento e cinquenta e seis milhões de reais em 2016, mesmo no cenário de crise, conseguimos aumentar e qualificar o gasto público para duzentos e sessenta milhões de reais em 2018. Isto é bastante significativo também. Junto com o controle de custeio do Município, conseguimos aumentar os investimentos do Município neste período. Finalmente, os índices constitucionais, a saúde que gasta acima dos 15%, gasta 21.89%, a Secretária Márcia sempre empenhada na defesa da saúde, mas a verdade é que Curitiba também gasta um valor bastante significativo de recursos próprios na saúde. Eu sempre disse isso, acho que os índices e os limites não são tão significativos, o que importa é a qualidade do gasto, se você gasta trinta, se você gasta vinte e cinco, se você gasta onze, o que importa é o serviço público ser prestado. Na educação gastamos 25.73%, sendo que a exigência constitucional é de 25%. Então, com este cenário conseguimos manter a nossa nota A em liquidez na Capag, a avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional. Mantivemos pelo segundo ano consecutivo nossa nota A em liquidez e a nossa nota B em termos gerais, assegurando a garantia da União para operações de crédito do Município. É isto, eu quero lembrar que agora em março de 2019 vamos disponibilizar um novo aplicativo do Nota Curitibana, compatível tanto o sistema da Apple, quanto IOS. Bastante em breve teremos um novo aplicativo do Nota Curitibana e em breve também encaminharemos esses novos projetos que eu mencionei aqui para a Câmara. Agradeço a paciência, peço desculpas pelo tempo e estou à disposição para outros esclarecimentos.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Secretário. Agradeço a sua explanação. As inscrições para as perguntas foram realizadas durante o tempo da sua explanação e serão feitas em blocos. Temos seis Vereadores inscritos e três pessoas da população. Pela ordem, os Vereadores da Comissão de Fiscalização e Finanças farão as perguntas. Tenho como primeira inscrita a Vereadora Professora Josete, depois os Vereadores Ezequias Barros e Noemia Rocha, no primeiro bloco; no segundo bloco, Vereadores Felipe Braga Côrtes, Bruno Pessuti e Tico Kuzma. Depois abriremos para a população, Sr. Rômulo Viel, Fabiano Marcon e Alexon de França. Concedemos a palavra à Vereadora Professora Josete.- A Sra. Professora Josete:- Gostaria de cumprimentar todos os presentes, Secretário de Finanças, Secretária de Saúde, e todas as equipes das Secretarias aqui presentes. O que observamos ali a partir de uma análise e também da apresentação do Secretário, é que comparando o sexto bimestre de 2018 com o de 2017, houve um aumento de sessenta milhões, algo em torno disso, nas receitas tributárias e queda do mesmo valor aproximado de sessenta milhões em outras receitas correntes. Gostaria de saber em outras receitas tributárias o que temos em relação a essa queda. Também gostaríamos de saber em relação a outras receitas de capital, houve um aumento de cinquenta e nove milhões, então, o que compõe esse aumento das receitas de capital? O Secretário também tocou na questão da amortização da dívida, que houve um aumento dessa amortização através dos próprios leilões da dívida, mas gostaríamos de saber quais dívidas foram amortizadas. Também em relação a outras despesas correntes, aumento de cerca de trinta e sete milhões, comparando 2017 e 2018. Quais as despesas estão incluídas e que justificam esse aumento, se o Executivo apontou em vários momentos a redução desses gastos? Gostaria de saber em relação ao subsídio do transporte coletivo, quais serão os recursos? De onde virão os recursos para esse subsídio de cinquenta

milhões? E em relação ao certificado de regularidade do IPMC, como está a situação do IPMC? Obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Na sequência, concedemos a palavra ao Vereador Ezequias Barros.- O Sr. Ezequias Barros:- Bom dia, Secretário. Quero parabenizá-lo pelo trabalho excelente que o senhor faz a frente da Secretaria de Finanças, bem como a toda sua equipe que tem demonstrado dentro dos valores e da situação que o senhor pegou a Secretaria. Em outras vindas o senhor já tem demonstrado esses números e agora com números ainda melhores. Quero perguntar e o senhor mostrou no gráfico, que cerca de dezoito milhões foram arrecadados com os aplicativos e a minha pergunta é: qual o valor que se arrecada com os táxis? Dizer outra coisa, o senhor falou muito bem sobre a questão dos Vereadores que tiveram a coragem de votar o plano de recuperação da cidade. Creio que nós que votamos o plano de recuperação da cidade, já entramos para história, porque tivemos coragem. Realmente foi um momento muito difícil, creio que um dos momentos mais difíceis pelos quais passei na minha vida, não saber se sairíamos de fato daqui, quantas vezes tivemos dificuldade. Mas o senhor disse que cidades como Detroit e outras não fizeram o seu papel, e falamos de Washington, ficamos pensando, como é que uma capital americana não fez o seu papel? E entendo que nós, Vereadores e não estou aqui fazendo nenhuma acusação à Oposição, acho que a Oposição é necessária, mas nós que votamos, tivemos essa coragem, somos hoje valorizados vendo a cidade crescendo, Vereador Tico Kuzma. Entendo que é bem importante. Gostaria que o senhor falasse alguma coisa a respeito disso também. Obrigada. Parabéns pela sua condução à frente da Secretaria.- O SR. PRESIDENTE:- Próxima inscrita, Vereadora Noemia Rocha.- A Sra. Noemia Rocha:- Muito obrigada, Sr. Presidente. Secretário, bom dia! Bom dia, Márcia, nossa secretária de saúde que está aqui interessadíssima em que possamos aumentar o aporte para a saúde, que é prioridade, no meu ponto de vista. Secretário, com relação ao certificado de regularidade previdenciária. Sei que é muito técnico e provavelmente você tenha falado em alguma resposta, mas faço questão de perguntar, qual foi a conclusão e apontamentos de assuntos correlatados da auditoria de técnicos da Secretaria da Previdência do Ministério da Economia, o antigo Ministério da Fazenda? Informar sobre a regularidade das transferências de recursos federais, de empréstimos e convênios junto à União. Ou seja, Curitiba tem ou terá bloqueio desses repasses? Outra pergunta, em relação ao aporte de duzentos milhões para subsídio do sistema de transporte, quando virá do Estado e quando do próprio município de Curitiba? Esse valor estava previsto na Lei Orçamentária e sob qual rubrica, ou seja, onde estava previsto? O valor para renovação da frota já estava incluído na tarifa técnica? Porque as propagandas dizem o contrário. Quanto ao montante de multas, acho que está em média quarenta e oito milhões a cinquenta milhões cobradas, elas foram perdoadas? Essas são as nossas perguntas, nosso questionamento para esse dia. E em relação, também, é uma pergunta bem antiga, ao montante do percentual de redução e despesas com a extinção e remanejamento das secretarias feitas por esta gestão. Obrigada, Presidente.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, Secretário Puppi.- O SR. VITOR PUPPI:- Agradeço as perguntas. Iniciando pela Vereadora Professora Josete, de traz para frente também respondo algumas perguntas da Vereadora Noemia. Com relação ao Certificado de Regularidade Previdenciária, o CRP, a cidade ajuizou uma ação judicial e obteve uma decisão que lhe foi favorável garantindo a emissão do certificado, isso há cerca de dez dias, acredito. Existem divergências com a Secretaria da Previdência e que nós resolvemos por enquanto judicializar até que isso seja sanado. Que divergências são essas? Essa questão, por exemplo, do fundo, a existência de dois fundos. Já mandamos um projeto de lei aqui para a Câmara para corrigir isso. Existem divergências com relação ao repasse, à compensação daqueles valores indevidos que o município recolheu a título da patronal de inativo, que nós ainda vamos superar com o Ministério da Fazenda. Parece-me que de expressivo é isso. O IPMC, por meio do presidente, está fazendo

um trabalho para regularizar essas questões junto ao Ministério, explicar. Enquanto isso temos a certidão do CRP deferida judicialmente, assim como outras centenas de municípios e Estados a têm. A grande verdade é que a Secretaria da Previdência estipula regras que a própria União Federal descumpre. Em razão disso é que existe uma judicialização muito grande sobre o tema. Eu diria que na grande maioria dos Estados, hoje, a certidão é judicializada assim como a nossa. Não temos nenhum perigo de ter bloqueio de recursos ou qualquer coisa nesse sentido. Com relação ao subsídio do transporte coletivo, explicando como vai ser o aporte de recursos, o Estado se comprometeu a quarenta milhões de reais a título de subsídio. Os outros valores dizem respeito ao subsídio da Região Metropolitana, ou seja, não tem qualquer relação com a Cidade de Curitiba, e também investimentos que o Governo do Estado pretende fazer a seu critério. Mas, para subsídio, é em torno de quarenta milhões de reais. O subsídio do Município será de cinquenta milhões de reais. É um dinheiro que, realmente, o Município nunca teve capacidade de aportar no sistema. Mas se fez necessário em razão da tarifa técnica, pelo corte dos subsídios, renovação da frota, diminuição do número de passageiros, ser de aproximadamente 5,2 reais. Então, o Município vai aportar, ao longo do exercício, cinquenta milhões de reais. A origem dos recursos é justamente o esforço fiscal dos últimos anos, em que vamos aportar parte do recurso de superavit e também contar com o excesso que imaginamos de arrecadação, se houver. Senão, vai ser realmente o superavit aí para cobrir o subsídio do transporte coletivo. Com relação ao acréscimo nas outras despesas correntes, quais despesas que cresceram trinta e sete milhões. No geral, as despesas permaneceram praticamente estáveis. Esse acréscimo nominal de trinta e sete milhões deve ser devido a reequilíbrios de contratos, não tenho exatamente aqui qual contrato, mas reajustes decorrentes da inflação, reequilíbrio de contrato. Posso citar um como exemplo: a variação do CAP no asfalto. A Petrobras mudou a política de preço para o CAP. Isso significa que o Município passou a ter que reajustar os contratos e reequilibrar os contratos conforme a variação do preço do petróleo. Então, isso teve um impacto bastante grande nos nossos recursos destinados a recape, a operações de manutenção da Cidade. Mas é difícil dizer para a senhora exatamente quais contratos representam esses trinta milhões de reais. No entanto, podemos depois também informar especificamente, se for o caso. Amortização da dívida, quais dívidas que amortizamos. Fornecedores. Então, amortizamos grande parte das empresas, a Cavo, a empresa de alimentação, a Cotrans, enfim, empresas que não tinham sido pagas em 2016, que herdamos essa dívida, e estamos amortizando ao longo de 2018 e 2019, e 2020 também, possivelmente. Com relação às outras receitas de capital, onde é esse acréscimo. Isso é a maior parte de convênios. Convênios com o Estado do Paraná, em que recebemos recursos também. Há obras na Cidade, melhorias, e isso se deve ao acréscimo que tivemos em receitas de capital. Com relação às receitas tributárias, sessenta milhões em receitas e outras receitas correntes. Sinceramente, eu pediria para verificar o que é, no bimestre, exatamente a que a senhora se refere. Mas tivemos um acréscimo nas receitas tributárias, ISS, IPTU e ITBI, e tivemos um decréscimo nas receitas do Estado, do ICMS principalmente. Então, acredito que esteja aí, mas posso também depois verificar, o Claudinei já está anotando, está a postos, para prestarmos a informação mais detalhada.- A Sra. Noemia Rocha:- Secretário, só faltou uma pergunta sobre as multas daquela ação judicial. A pergunta é: foram perdoadas as multas? E qual é o montante? O SR. VITOR PUPPI:- Vou chegar lá, ainda estava na Professora Josete. Mas já adiantando, com relação a multas e perdão de multas, não tenho conhecimento de perdão de multas para empresas do transporte coletivo. O que acontece é que o Município ajuizou algumas ações, as empresas ajuizaram outras, dezenas de ações judiciais, e houve um acordo com o Município. O questionamento maior era a diminuição do número de passageiros e a renovação da frota. A gestão anterior optou por não renovar a frota, manter o valor da passagem e também

modificar o critério da contagem de passageiros, que as empresas não concordavam. Isso foi superado por meio de um parecer de professores da Universidade Federal. Mas não há perdão de multas impostas, enfim, isso realmente eu desconheço. No entanto, acredito que o presidente da Urbs poderia também esclarecer um pouco melhor essa questão. Com relação ao bloqueio de repasses, CRP, já respondi. Ao Vereador Ezequias Barros, sobre os táxis, a arrecadação com táxis para a Urbs, é em torno de quatro milhões de reais; com a outorga, são esses valores que os táxis pagam. As ATTCs é em torno de dezoito milhões de reais. Eu agradeço também as colocações do fundo, e do que Washington e outras cidades, não só nos Estados Unidos, mas no mundo fizeram. Eu acredito que temos uma chance muito importante, a Câmara de volta tem essa oportunidade de garantir à cidade um futuro adequado, nós não podemos aí ficar lidando com deficit orçamentários recorrentes ou com dificuldades e atrasos no pagamento de fornecedores. Nós temos que manter a cidade em dia, temos que prover para o futuro e essa ferramenta, eu tenho certeza absoluta, vai ser junto com a lei de responsabilidade fiscal, enfim, um dos maiores legados, certamente, que a Câmara poderá deixar também para o Município. Mas eu vou trazer os detalhes em breve e estarei à disposição para conversar sobre o assunto na sequência.- O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de fazer uma inversão, peço a compreensão dos Vereadores, pelo horário, gostaria primeiro que a nossa técnica faça o uso do microfone para que a população possa perguntar e atender o horário que nós temos que cumprir. Passamos a palavra ao Fabiano, Rômulo e Alex.- O Sr. Fabiano Marcon:- Bom dia a todos. Eu tenho dois questionamentos e um é para o Secretário. Como funciona essa questão de custos ali, ela está baseada só em análise de contratos ou operacionalmente tem algumas metodologias para melhorias de processos, tanto na saúde quanto na educação ou outros serviços? Outro questionamento é para o Paulo Rink. Nós sabemos, quando o Greca assumiu, vai completar dois anos, que ele fez uma denúncia contra o Fruet de despesas não empenhadas no valor maior que seiscentos milhões. Quando o Fruet assumiu ele denunciou o Ducci também, há seis anos, esses processos estão no Tribunal de Contas, não tem uma conclusão ainda, por mais de trezentos milhões de despesas não empenhadas, isso só pincelando em alguns departamentos. Como vocês, trinta e oito Vereadores, e a Comissão de Finanças fiscalizam para saber o que é até o que próprio Secretário apresentou hoje? Como se certificar que em 2018 nós tivemos todas as despesas empenhadas? Falando com o Thiago Ferro na Comissão, quando ele era Presidente, a Câmara não tinha um sistema ainda de fiscalização on line, todos alegam que o sistema não permite. Então, quando vamos parar com essa questão de que é só um Prefeito opositor assumir, denunciar o outro e continuamos há seis anos e o Tribunal de Contas está lá analisando? São esses os meus questionamentos.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Sr. Rômulo Viel.- O Sr. Rômulo Viel:- Meu questionamento segue um pouco a linha do Fabiano, pelas perguntas formuladas eu vejo algo similar. A função dessa Câmara é legislar, mas é também fiscalizar o Executivo. E, nesse segundo quesito, me dá a impressão que vocês olham só o executado e não acompanham os gastos a ponto de agir, digamos, tempestivamente, coibir excessos, erros, desvios, enfim. E é justamente essa pergunta: como é que vocês acompanham os gastos do Município de modo que a população seja atendida no quesito primar pelo gasto bem executado, bem previsto, enfim, como é que se dá esse acompanhamento pela Câmara? Quanto ao Secretário, em relação ao fundo, acho uma boa medida, desde que ela seja oriunda de menos gastos e não de mais impostos. Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra ao Sr. Alexon França.- O Sr. Alexon França:- Bom dia a todos. Sou diretor do Sismuc, Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba, e minha pergunta é relacionada ao aumento das receitas e do limite apresentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê um aumento no investimento com os servidores públicos, que eu não chamo de gasto. Então, há e isso é fruto dessa receita do

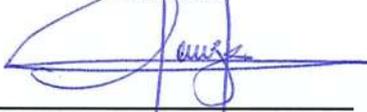
município. Nós precisamos ver dois pontos que estão na nossa base, os servidores, que é o congelamento dos planos de carreira, uma atrocidade que estão fazendo com todos os servidores públicos. Também a questão do eSocial que foi vinculado à questão do transporte em Curitiba, não falaram quando será feito e quando será implementado a questão do crédito em cartão transporte, porque hoje os servidores recebem em pecúnia. São esses dois pontos que estão atrelados, porque foram gestados nos anos anteriores, na gestão Greca e, realmente, afetam a vida de mais de quarenta e dois mil servidores da Prefeitura Municipal de Curitiba. E quando citam nesta Casa que os Vereadores que aprovaram o Plano de Recuperação Fiscal entraram para a história e, realmente, entraram, entraram para a história de quarenta e duas mil famílias que tiveram o seu poder de compra reduzido, entraram para a história de quarenta e duas mil pessoas que tiveram os seus salários congelados e hoje recebem muito menos do que deveriam receber pelo serviço que oferecem a toda a população curitibana. Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Muito obrigado, Alexon. Lembrando aos visitantes que temos vários questionamentos escritos por vocês, entregaremos para o Secretário para que possa fazer as ponderações. Com a palavra, o Secretário Vitor Puppi.- O SR. VITOR PUPPI:- Começando com o Alexon, com relação ao acréscimo de receita e limites. O que foi feito com o dinheiro, se é essa a questão, se vai para limites ou para pessoal, enfim? Nós utilizamos todo o acréscimo proveniente de arrecadação para a cobertura do custeio, seja da Secretaria, seja dos servidores, principalmente com a Previdência. Então, a maior conta que era zero do município, passou a ser trezentos e vinte e oito milhões de reais, maior do que o recurso do Tesouro que é aportado na Secretaria de Saúde da Márcia Huçulak, é da Previdência. Essa conta também é dos servidores. Porque também não adianta se dizer aqui que vamos ter um Plano de Previdência e não se pagar quinhentos milhões de reais, como não foi pago em 2016. Então, criamos do zero uma conta de trezentos e vinte e oito milhões de reais, justamente, para garantir a aposentadoria dos servidores e também utilizamos para cobrir o custeio das Secretarias. Em razão disso é que as contas do município estão em dia, diferente de outros lugares, de outros Estados. Quero dizer que também sou servidor do Estado e também não tenho reajuste, o Estado do Paraná não dá reajuste há vários anos. Planos de carreira. Obviamente é importante, é fundamental para o servidor ter um plano de carreira que estimule o ingresso e, principalmente, a manutenção desse servidor na carreira pública. Só que esse plano de carreira, as promoções e progressões devem ser acompanhados obviamente da disponibilidade orçamentária. Não podem existir progressões ou promoções automáticas, sem que exista a contrapartida financeira do município para bancar isso. Então, é neste sentido que os planos de carreira devem ser revistos, este ano estão suspensos, mas desde que assegurada a disponibilidade orçamentária para fazer frente a despesa. Com relação ao cartão transporte, parece-me que não foi implementada a questão da pecúnia e isso ainda deve estar em estudo pela Secretaria de Recursos Humanos. Até gostaria que esta pergunta fosse direcionada a eles que fazem esta política de pessoal. Com relação às questões do Fabiano, ambas bastante pertinentes, a análise de contrato e metodologia. Nós fazemos os dois. A metodologia tanto para despesa, principalmente, quando da elaboração de editais e licitação, posso dar exemplo de despesa com limpeza, a questão de ser por postos de trabalho ou não, enfim, estudamos isso de forma estatística para saber o que seria mais econômico para o município. Existe espaço para avançar? Sem dúvida nenhuma existe, mas também temos limitações de pessoal. Então, sempre tentamos atacar os maiores números do município para ter uma economia mais significativa, mas sempre há espaço e sugestões são sempre bem-vindas. Com relação à despesa de exercício anterior, que acho que é realmente algo a ser combatido no Município. E como isso é fiscalizado, se o Presidente me permite. Nós temos trazido esse gráfico da despesa do exercício anterior, dos últimos anos, e temos mostrado quanto o Município gasta com essa

conta. Se o senhor, como cidadão, se interessar, basta procurar nas despesas públicas o elemento “despesas exercícios anteriores”, elemento 92, e fazer um estudo comparativo, que vai ser possível verificar o quanto o Município gasta do seu orçamento para pagar dívidas passadas. Uma parte disso é aceitável, uma parte certamente não é. E eu acho que a melhor forma de perguntar e testar a saúde fiscal do Município é perguntar para o fornecedor se ele está sendo pago. Então, se isso for feito, pegar os dez maiores fornecedores da cidade, que é fácil descobrir, posso até te dar a relação dos maiores contratos, e perguntar a eles se estão sendo pagos em dia, certamente vai ser o melhor termômetro da saúde fiscal do Município.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Secretário. Agradecemos as perguntas do Rômulo, Fabiano e Alexon, lembrando a Jane que as perguntas estavam abertas durante todo o tempo da Audiência, todas chegaram aqui por escrito. Inclusive, vários Vereadores abriram mão para que pudéssemos manter o horário desta Audiência Pública. E se alguém ainda quiser fazer um questionamento, pode fazer por escrito, que eu entregarei ao Secretário, porque estamos já no limite de tempo da Audiência Pública de duas horas. E eu gostaria de dizer, Jane, temos oito Vereadores inscritos que também abriram mão. Todas as perguntas vieram por escrito, ninguém foi tratado de forma diferente. Pode fazer sua pergunta.- A Sra. Jane (Plateia):- Foi publicado, no último relatório resumido de execução orçamentária, publicado no Diário Oficial no30, suplemento 1, fls.20 a 21, uma projeção atuarial do RPPS do Município. Eu gostaria de saber por que a gente saiu de um deficit e foi para um superavit de duzentos e trinta e oito milhões. Está publicado no Diário Oficial.- O SR. VITOR PUPPI:- Vou explicar. A Prefeitura refez o cálculo atuarial em 2017. Antes de 2017 existia um plano que a Prefeitura pagava conforme os servidores iam se aposentando. Era um ótimo plano para os primeiros anos. Então, no momento zero você pagava por um, por dois, por dez servidores. O que acontece é que essa conta chegou a um limite que não se pagava mais. O sintomático disso é que em 2015, 2016, não foram pagos os recursos da Previdência, que eu mencionei por diversas vezes. Por isso que o plano foi refeito. E foi refeito de que forma? A Secretaria da Previdência oferece duas modalidades de pagamentos do plano de previdência. A primeira é uma segregação de massa, a exemplo do que o Paraná Previdência faz no Estado do Paraná. A segunda forma é um parcelamento do deficit atuarial em trinta e cinco anos. Nós optamos pela segunda, pelo parcelamento do deficit atuarial em trinta e cinco anos. Como é feito esse cálculo? O atuário, que se chama Luiz Carlos Kobuti, faz um cálculo das projeções dos aportes que o Município tem que fazer ao longo de cada exercício. Nós fizemos, refizemos esse cálculo e os aportes foram previstos em torno de trezentos milhões, trezentos e quinze. Eles vão subindo de uma forma administrável, e o final do plano, claro, depois que cobre-se o deficit atuarial, se tem uma projeção de superavit, de sobra. Mas, isso é considerando todas as contribuições do Município ao longo dos trinta e cinco anos. Então, o deficit atuarial, na verdade, nada mais é do que o valor que o Município precisa colocar, ao longo desses anos, para fazer frente ao pagamento das aposentadorias. Então, o sistema de RPPS sempre vai começar com deficit, porque ele vai ter que provisionar para o futuro todas as contribuições. É claro que a partir de 2040, algo assim, essa curva se inverte e o município passa a ter superavit, ou seja, vai ter dinheiro para pagar até o último pensionista, aposentado, conforme cálculos estatísticos. Então, essa projeção a que a senhora se refere é de justamente a projeção do pagamento de todas as contribuições ao final do equacionamento do plano de trinta e cinco anos.- O SR. PRESIDENTE:- Muito obrigado, Secretário Vitor Puppi. Lembrando aos Vereadores que fariam perguntas: Bruno Pessuti, Felipe Braga Côrtes, Sérgio R. B. Balaguer (Serginho do Posto), Professor Silberto, Tico Kuzma, Mauro Bobato, Mauro Ignácio. Vários desses Vereadores abriram mão, que façam por escrito para a Comissão, que encaminharei como Comissão ao Secretário Vitor Puppi todas as perguntas por escrito. Esgotado o horário de duas horas da audiência pública, damos

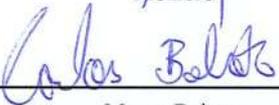
por encerrada a presente Audiência.- Do que para constar eu, Edson Rebello, lavrei a presente Ata de acordo com as Notas Taquigráficas, a qual será lida, votada e assinada pelos Vereadores componentes da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.-



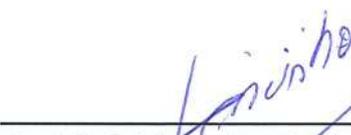
Paulo Rink
Presidente



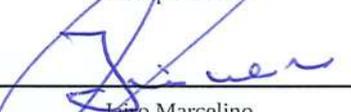
Ezequias Barros
Membro



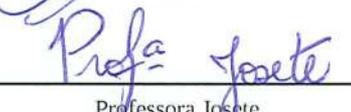
Mauro Bobato
Membro



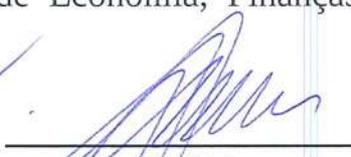
Sergio R. B. Balaguer (Serginho do Posto)
Vice-presidente



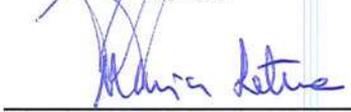
Jairo Marcelino
Membro



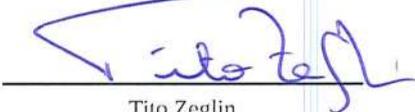
Professora Josete
Membro



Dr. Wolmir
Membro



Maria Leticia Fagundes
Membro



Tito Zeglin
Membro